

Camila Torres Zago

Violência Contra Mulher no Direito das Famílias

O uso do processo
judicial como
instrumento
de perpetuação
da violência

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2027

Sumário

Apresentação.....	XI
Introdução.....	1

PARTE I

Da necessária releitura do direito

Capítulo 1

O Direito como estrutura de poder	9
1.1 O que a história contada por homens não conta: a construção de um direito sem mulheres	9
1.2 O mito da imparcialidade e da neutralidade jurídica	13
1.3 A percepção da violência contra a mulher em âmbito judicial: uma violência que é de gênero.....	15

Capítulo 2

O direito das famílias como catalizador das violências contra as mulheres.....

2.1 Recatada e do lar: construção de papéis	19
2.2 Quem comete a violência contra mulher?.....	25
2.3 O necessário reconhecimento de todas as formas de violência para além da física: a violência patrimonial, processual e violência vicária	29

Capítulo 3

Pelas lentes de gênero	33
3.1 Direitos humanos e a virada internacional: novos parâmetros interpretativos.....	34

3.2 A violência de gênero como obstáculo no acesso à justiça.....	37
3.3 O Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero	44

PARTE II

O direito das famílias sob a perspectiva de gênero

Capítulo 1

Alimentos: cuidado, controle e violência patrimonial.....

1.1 A obrigação alimentar originária do Direito das famílias e o dever legal de cuidar	51
1.1.1 Regime jurídico especial da obrigação alimentar	56
1.2 A quem interessa a lei de alimentos?	61
1.3 Litigiosidade dos alimentos: quando a pensão alimentícia vira violência.....	68
1.4 Distorção da funcionalidade da pensão alimentícia e a não incidência do IR	69

Capítulo 2

Guarda: entre o discurso da igualdade e a prática da desigualdade.....

2.1 Obrigação alimentar, o dever legal de cuidar e a autoridade parental.....	76
2.2 Guarda compartilhada x Coparentalidade Ativa	81
2.3 Afastamento da guarda compartilhada no contexto da violência doméstica	85

Capítulo 3

Prestação de contas de verbas alimentares: prestar contas do cuidar

3.1 Intersecção: O instituto da pensão alimentícia e guarda: A Lei 13.058/2014 e a inclusão do poder-dever de fiscalização.....	92
---	----

3.2 Prestação de contas da pensão alimentícia no direito brasileiro.....	97
3.3 Admissibilidade da ação de exigir contas no Direito das famílias: análise do REsp 1.814.639 RS	100
3.4 Pesquisa exploratória: impactos e repercussões após a decisão paradigmática (REsp 1.814.639/RS)	102
3.4.1 Coleta de dados e metodologia da pesquisa	103
3.4.2 Análise de dados coletados	104
3.4.3 Da não viabilidade	110
3.5 O que é “mau uso”? Economia invisível e controle materno.....	114
Capítulo 4	
Outros mecanismos processuais.....	117
4.1 Da Gratuidade da Justiça	117
4.2 Proibição de desqualificação da mulher em âmbito processual	119
4.3 Do reconhecimento da litigância abusiva	121
Considerações.....	125
Referências bibliográficas	129